



***GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PESQUISA DOCUMENTAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS***

***GÉNERO Y EDUCACIÓN INFANTIL: UNA INVESTIGACIÓN
DOCUMENTAL DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERALES***

***GENDER AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A DOCUMENTARY
RESEARCH OF FEDERAL PUBLIC POLICIES***

*Luana Barbarelli Bonilha*¹

*Luciana Pereira de Lima*²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um levantamento e análise de políticas públicas federais brasileiras que abordam questões de gênero na Educação Infantil. O levantamento de dados ocorreu no *site* do Ministério da Educação, no período de janeiro a agosto de 2019, onde foram selecionados 56 documentos. A pesquisa foi realizada à luz dos pressupostos metodológicos da pesquisa documental, por meio da qual constatou-se que apenas três documentos abordam diretamente a temática gênero. Os dados referentes a estes documentos foram analisados qualitativamente e categorizados, buscando-se discutir o (não) lugar do gênero nas legislações, publicações e programas educacionais. Concluiu-se que as questões de gênero encontram-se quase invisibilizadas pelas e nas políticas públicas da Educação Infantil e, nesse sentido, reconhece-se a importância de fomentar as produções científicas nessa área, visando ampliar a discussão de gênero em contextos escolares e incentivar a inclusão do tema nos documentos legais brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Educação Infantil. Políticas Públicas. Pesquisa documental.

RESUMEN

Este artículo presenta una encuesta y un análisis de las políticas públicas federales brasileñas que abordan cuestiones de género en la Educación Infantil. La encuesta de datos fue realizada en el sitio web del Ministerio de Educación, de enero a agosto de

¹ Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Cursa Especialização em Psicologia da Saúde no Contexto Hospitalar do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, SP.

² Professora Adjunta no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo. É Pós-doutora pela Universidade Federal de Rondônia.

2019, con selección de 56 documentos, y a la luz de los supuestos metodológicos de la investigación documental, mediante los cuales se comprobó que sólo tres documentos abordan directamente cuestiones de género. Los datos en estos documentos fueron analizados cualitativamente y categorizados, buscando discutir el (no) lugar del género en la legislación, publicaciones y programas educativos. Se concluyó que las cuestiones de género son casi invisibles en las políticas públicas de Educación Infantil y, así, se reconoce la importancia de promover producciones científicas en esta área para ampliar la discusión sobre el género en los contextos escolares y fomentar la inclusión del tema en los documentos legales brasileños.

PALABRAS-CLAVE: Género. Educación Infantil. Políticas Públicas. Investigación documental.

ABSTRACT

This article aims to present a survey and an analysis of Brazilian federal public policies that address gender issues in Early Childhood Education. The data survey took place at the Ministry of Education's website, from January to August 2019, where 56 documents were selected. The survey was conducted in light of the documentary research methodological assumptions, through which it was found that only three documents directly address gender issues. The data referring to these documents were qualitatively analyzed and categorized, seeking to discuss the (non) place of gender in educational legislation, publications and programs. It was concluded that gender issues are almost invisible in the public policies of Early Childhood Education and, in this sense, it is recognized the importance of promoting scientific productions in this area, aiming to expand the discussion of gender in school contexts and to encourage the inclusion of the topic in Brazilian legal documents.

KEYWORDS: Gender. Early Childhood Education. Public Policy. Documentary Research.

* * *

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de discutir a relação entre gênero e Educação Infantil a partir da análise de políticas públicas federais brasileiras, visando compreender como essa discussão emerge nos discursos legais e contribuir para uma compreensão crítica acerca da temática.

Nas últimas décadas, a Educação Infantil vem sendo objeto de estudo de pesquisadores/as interessados/as no entendimento das diversas questões desenvolvimentais, como a constituição de gênero (SANTOS, 2020). O interesse científico pela Educação Infantil enquanto espaço coletivo de desenvolvimento das crianças foi impulsionado pelas transformações no âmbito legislativo, tendo como marco histórico a aprovação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que reconhece institucionalmente o dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas,

visando ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, como garantidos pelo Art. 7º inciso XXV e pelo Art. 208º inciso IV.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) vem situar a criança como um sujeito histórico, singular e detentor de direitos, contribuindo para a construção social de novos sentidos sobre os espaços educacionais voltados à infância. Em consonância com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), afirmam que em creches e pré-escolas deve ser garantido o respeito à cidadania, à democracia, à liberdade de expressão e às diferentes identidades e subjetividades. Em creches e pré-escolas, as relações e o meio irão circunscrever possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem para as crianças e, nesse contexto, os/as professores/as tornam-se personagens essenciais, uma vez que possuem o papel de proporcionar, de forma intencional, espaços e experiências que possibilitam aprendizagens fundamentais para a constituição humana.

No entanto, pesquisas científicas vêm indicando e questionando o papel que as instituições educacionais vêm assumindo frente às questões de gênero, ora problematizando, ora reforçando relações hegemônicas e estereótipos de gênero baseados em distinções biológicas e sexuais (GOMES, 2006; GRAUPE; GROSSI, 2013; LOURO, 1997; MAIA; NAVARRO; MAIA, 2011; MONTEIRO; ROCHA; PRADO, 2013; PAVAN, 2013; SILVA; LUZ, 2010). De acordo com Silva e Luz (2010), na Educação Infantil, há educadores/as que ainda proporcionam vivências distintas para meninos e meninas baseadas em modelos de feminilidade e masculinidade naturalizados social e historicamente. Em algumas creches e pré-escolas, as distinções são encontradas também nas brincadeiras, por meio das quais os/as educadores/as se preocupam em monitorar o comportamento das crianças para que este não seja inadequado ao que é esperado pelas normas sociais (SILVA; LUZ, 2010).

De acordo com os dados apresentados por Santos (2020), nas instituições de Educação Infantil, os significados de gênero são difundidos pelos livros infantis, pelos brinquedos e brincadeiras, pelos diversos objetos que compõem o cotidiano escolar (como mesas, roupas, utensílios de cozinha, entre outros), pela utilização de cores estereotipadas (como o azul para meninos e o rosa para meninas) na composição dos ambientes e atividades e até mesmo na identificação de personagens fictícios, onde meninos identificam-se com super-heróis e meninas identificam-se com bonecas que

representam um padrão estético. Dessa forma, é possível considerar que, por vezes, “tais elementos caracterizam a instituição de Educação Infantil como um espaço educativo reprodutor de valores sexistas” (SANTOS, 2020, p. 10), ao informar, através de elementos concretos e representações simbólicas, formas pré-definidas de ser menina e de ser menino.

Segundo Gomes (2006), os/as educadores/as da pré-escola que assumem diferenças no processo de cuidado de meninos e meninas estão ancorados/as em uma visão que identifica distinções entre os sexos explicadas através de um viés biológico. Nesse sentido, quando algum comportamento foge ao esperado, são promovidas intervenções a fim de disciplinar estes corpos, constituindo formas diversas de ensinar para as crianças o “padrão de comportamento ‘considerado culturalmente correto’, ou seja, de inculcar-lhes um jeito de ser masculino e um jeito de ser feminino” (GOMES, 2006, p. 39). Essa atitude desempenhada pelos/as educadores/as, segundo Silva e Luz (2010), revela a maneira como os significados de gênero vão sendo ensinados para as crianças de acordo com os estereótipos difundidos na sociedade.

Dessa forma, a escola e os/as professores/as, em certas ocasiões, podem contribuir para a construção de uma identidade normativa, baseada em estereótipos de gênero, à medida que deslegitima outras formas de ser no mundo (PAVAN, 2013). Tais atitudes circunscrevem possibilidades restritas de aprendizagem e conhecimentos sobre as identidades pessoais das crianças e as diferentes formas de ser e se relacionar, contribuindo para que situações de preconceito e discriminação sejam reproduzidas em contextos escolares, como apontado por Junior (2018). Segundo Vianna e Unbehaum (2004), as questões de gênero não recebem muita importância nos cursos de formação docente e os/as professores/as mostram-se despreparados/as para lidar com o assunto cotidianamente no ambiente educacional. Nesse sentido, observa-se que, em algumas escolas “é vivido um currículo que tende a reproduzir as identidades sexuais e de gênero hegemônicas e a patologizar as outras identidades” (PAVAN, 2013, p. 107).

Partindo de tais pressupostos, compreendemos que as escolas possuem importante papel frente às questões relativas à (re)construção social dos papéis de gênero. Cabe esclarecer que, neste artigo, adotamos o conceito de gênero como proposto pelas estudiosas feministas, compreendendo-o em seu caráter social, como pode ser observado em Beauvoir (1949/1967), Scott (1989/1995) e Souza (1999). Ao ser compreendido dessa forma, tal construto se contrapõe a qualquer desigualdade empregada entre homens e mulheres e às diferenças de comportamento, consideradas

naturais, e que são explicadas a partir das distinções biológicas entre os sexos feminino e masculino. Como elucidam Vianna e Finco (2009), compreender o gênero enquanto uma produção social pressupõe transpor as desigualdades de gênero naturalizadas e difundidas na sociedade, o que implica perceber como as instituições familiares e escolares, por vezes, reforçam as explicações biologizantes e negligenciam o processo de construção de identidades.

Nesse contexto, a Educação Infantil torna-se um objeto de investigação fundamental nos estudos de gênero, uma vez que a creche e/ou a pré-escola são um dos primeiros espaços de socialização e humanização fora do círculo familiar, estando, portanto, implicadas no desenvolvimento integral da criança e na construção dos significados de gênero, que ocorrem fundamentalmente por meio das interações sociais. Essa perspectiva vem ancorada nos pressupostos vigotskianos, o qual elucidada que o sujeito se constitui, em um primeiro momento, no plano social, caracterizando as relações entre as pessoas e com o próprio meio como elementos essenciais ao desenvolvimento (VYGOTSKY, 1986/2000).

Assim, é possível considerar que a escola de Educação Infantil não se posiciona passivamente frente ao desenvolvimento dos sujeitos, mas que ela própria contribui para a construção de subjetividades e identidades. A nosso ver, as políticas públicas educacionais referentes às questões de gênero emergem como importante elemento que influencia o cotidiano escolar e circunscreve formas possíveis de constituição dos sujeitos e de suas subjetividades no contexto educacional. Dessa forma, a investigação da temática torna-se particularmente relevante se considerarmos a complexidade de seu objeto de estudo, a existência de lacunas significativas da produção científica da área (SANTOS, 2020; VIANNA; UNBEHAUM, 2004) e o cenário brasileiro atual, no qual se evidencia a emergência de discursos diversos sobre gênero e sexualidade, que vem tangenciando os debates sobre as políticas públicas educacionais (ACOSTA; GALLO, 2020; BAHIANA; BRITO; FONSECA, 2020).

A partir do exposto, torna-se fundamental reconhecer, no estudo das relações entre gênero e Educação Infantil, a relevância dos documentos legais aprovados na esfera federal brasileira, na medida em que traçam o papel da escola, regulamentam os projetos político-pedagógicos e influenciam a atuação dos/as educadores/as nas diferentes escolas do país. Partindo de tais pressupostos, a presente pesquisa teve o objetivo de realizar um levantamento e análise das legislações, publicações e programas

federais brasileiros que abordam a temática de gênero na Educação Infantil, a fim de compreender como essa discussão perpassa os discursos legais.

Método

Pressupostos teórico-metodológicos

O estudo em questão constituiu-se como uma pesquisa documental, de cunho qualitativo, sendo o objeto de análise os documentos legislativos nacionais que ditam um discurso legal e uma diretriz pedagógica para as escolas de Educação Infantil. A pesquisa documental, segundo Junior, Medeiros e Augusta (2017), tem o intuito de estudar documentos a fim de compreender suas características e os contextos sociais em que estão inscritos.

O processo investigativo ocorreu à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural. A partir dessa perspectiva teórica, compreende-se que “os documentos estão ligados às suas realidades sociais e dizem muito a respeito das sociedades aos quais foram ou estão inseridos” (JUNIOR; MEDEIROS; AUGUSTA, 2017, p 143). Segundo os/as autores/as, na produção das normativas e instrumentos legais estão implicadas relações sociais construídas num dado momento histórico. Os documentos legais que regem a Educação Infantil e (não) abordam a questão de gênero, devem ser compreendidos, portanto, nas suas relações dialéticas com o contexto social, tendo em vista que constituem e, concomitantemente, são constituídos por elementos da realidade concreta nos quais foram produzidos.

Na presente pesquisa documental, dialogou-se com a concepção vigotskiana de pesquisador/a ferramenteiro/a para construir o *corpus* da pesquisa e realizar a análise do material. Partindo dessa concepção, a ação investigativa tem como instrumento as próprias ferramentas psicológicas do ser humano, o que inclui a maneira de observar os fenômenos, as escolhas de análise e a construção de argumentos, tornando o/a pesquisador/a um/a personagem ativo/a do processo (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2008). Dessa maneira, os instrumentos e procedimentos não são previamente definidos, mas, em contrapartida, são construídos à medida que o/a pesquisador/a age sobre o dado histórico, modificando-o e sendo modificado, o que caracteriza a “noção vigotskiana da função social da investigação científica” (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2008, p. 15).

Construção do corpus da pesquisa

Na investigação realizada, o *levantamento de dados* foi efetuado no *site* oficial do Ministério da Educação (MEC) do Brasil (<http://portal.mec.gov.br/index.php>), no período de janeiro a agosto de 2019, onde foram obtidos documentos referentes às políticas públicas que regulamentam a Educação Infantil. As políticas públicas podem ser entendidas, de acordo com Gianezini *et al.* (2017), como um conjunto de intenções e ações governamentais que objetivam alguma transformação concreta. Optou-se por levantar os documentos publicados a partir de 1988, data da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), uma vez que a mesma constitui-se um marco histórico, político e legal na democratização do ensino brasileiro.

Em um *primeiro momento*, no ambiente virtual, foram levantadas *legislações* da Educação Básica (n=4) e legislações/resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE (n=6) referentes à Educação Infantil, uma vez que estabelecem normas ao sistema de ensino e regulamentam as questões relacionadas às creches e pré-escolas. Tais legislações são apresentadas no quadro a seguir.

QUADRO 1: Legislações da Educação Básica e do Conselho Nacional de Educação

LEGISLAÇÕES	
Legislações da Educação Básica	
Ano	Documentos
1988	Constituição Federal
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
2014	Plano Nacional de Educação
Legislações do CNE	
Ano	Documentos
1999	Resolução CNE/CEB n.º 1, de 7 de abril de 1999/Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
1999	Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999/Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal.
2009	Resolução CNE/CEB n.º 5, de 17 de dezembro de 2009/Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
2010	Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20 de outubro de 2010/Define Diretrizes

	Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.
2011	Resolução CNE/CEB nº 1, de 10 de março de 2011/Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.
2018	Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018/Define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/apresentacao> e

<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-para-eres-e-resolucoes?id=12816>

No *segundo momento*, no ambiente virtual, houve o levantamento das *publicações* referentes à Educação Infantil, sendo encontrados 34 documentos, como exposto no quadro 2.

QUADRO 2: Publicações da Educação Infantil

PUBLICAÇÕES
Literatura na educação infantil acervos, espaços e mediações
Implementação do Proinfância no Estado do Rio Grande do Sul
Educação Infantil Os Desafios estão postos e o que estamos fazendo?
Território do Brincar: Diálogo com escolas / Documentário
Território do Brincar: Diálogo com escolas / Livro em PDF
Avaliação da Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto
Diretrizes em Ação
Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral
Educação Infantil do Campo
Análise das discrepâncias entre as conceituações de educação infantil do INEP e IBGE, sugestões e subsídios para maior e mais eficiente divulgação dos dados
Instrumento de acompanhamento da expansão da oferta da educação infantil, urbana e rural
Estudo sobre a organização dos espaços internos das unidades do Proinfância – (produto 2)
Estudo sobre a organização dos espaços externos das unidades do Proinfância – (produto 3)
Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural – 2012
Relatórios Regionais da Pesquisa Nacional de Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural – 2012
Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo
Brinquedos e Brincadeiras
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial
Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais

Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de Avaliação
Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação
Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
O Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças
Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil.
Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil
Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino
Revista Criança
Deixa eu falar!
Prêmio Professores do Brasil – 2005
Prêmio Qualidade na Educação Infantil - 2004
Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – Proinfantil.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/publicacoes?id=12579:educacao-infantil>

No *terceiro momento*, no ambiente virtual, houve o levantamento dos *programas* federais, sendo encontrados 12 programas da Educação Infantil e da Educação Básica (sem especificação de etapa educacional), como apresentado no quadro 3.

QUADRO 3: Programas da Educação Básica e Educação Infantil

PROGRAMAS
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
ProInfância
Saúde na Escola
Atleta na Escola
Formação continuada para professores
Livros e materiais para escolas, estudantes e professores
Tecnologia a serviço da Educação Básica
Apoio à Gestão Educacional
Infraestrutura
Avaliações da aprendizagem
Prêmios e competições
TV Escola

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es>

Ao final do levantamento de dados, entre legislações (n=10), publicações (n=34) e programas (n=12), somou-se um total de 56 documentos.

Procedimentos de análise dos documentos selecionados

O processo de análise, primeiramente, teve o intuito de *selecionar os documentos com temas relacionados às questões de gênero*. Para tanto, em relação às legislações (Quadro 1), foram realizadas leituras dos documentos na íntegra (do CNE) e de capítulos dos documentos (da Educação Básica) que normatizam a Educação Infantil. No que tange às publicações e programas (Quadros 2 e 3), foram realizadas leituras do título e/ou apresentação dos documentos, para identificar se o tema central do material referia-se às questões de gênero.

A partir da realização de tais procedimentos, constatamos que havia apenas duas legislações (n=2) e uma publicação (n=1) com temas abordando as questões de gênero. As legislações selecionadas foram: “Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999/Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal” e “Resolução CNE/CEB n.º 5, de 17 de dezembro de 2009/Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”. A publicação que abordava a temática foi a “Revista Criança”, n.º 40, ano 2005. Na carta de apresentação da revista, são elencados os temas abordados por aquela edição e, dentre eles, encontramos uma reportagem destinada a discutir sexualidade infantil e sexismo. Não foram encontrados programas federais direcionados à discussão de questões de gênero.

Após a seleção de tais materiais, foram realizadas diversas leituras, na íntegra, destes documentos que abordavam a temática de gênero (n=3), com a finalidade de *aprofundar no entendimento e discussão do material*. Com a realização destes procedimentos, foram construídas duas categorias temáticas: 1) O (não) lugar do gênero nas *legislações* educacionais: da abordagem transversal ao discurso generalizante; 2) O (não) lugar do gênero nas *publicações e programas* educacionais: da abordagem pontual ao silenciamento. A discussão de cada categoria será apresentada na próxima sessão, que tem o objetivo de analisar de maneira crítica e aprofundada os documentos selecionados, identificando como as questões de gênero (não) permeiam os discursos legais.

Resultados e discussões

O (não) lugar do gênero nas legislações educacionais: da abordagem transversal ao discurso generalizante

Analisar as legislações da Educação Infantil com foco nas questões de gênero possibilitou reconhecer dois aspectos importantes: a escassez de documentos legais que se propõem a discutir a temática e a precariedade com que a discussão emerge. De um total de 10 legislações analisadas, 8 não abordaram a temática de gênero e 2 trataram desta questão de forma transversal. Constatamos que as pequenas menções à temática de gênero aparecem, nestes documentos, de forma articulada com aspectos da escolarização, não havendo legislações específicas no Brasil sobre a temática na Educação Infantil. Esse é um dado significativo para a compreensão do (não) lugar que o gênero ocupa nos discursos legais.

Apesar de não haver legislação específica sobre o tema, a questão de gênero foi abordada de maneira transversal em duas resoluções: “Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999/Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal” e “Resolução CNE/CEB n.º 5, de 17 de dezembro de 2009/Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”. Isso significa que a temática central das resoluções não estava inclinada a discutir especificamente a questão de gênero, entretanto, ela aparece de maneira transversal ao longo dos documentos, como será discutido a seguir.

O principal objetivo da Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) é instituir normas gerais para a formação de docentes das três etapas de ensino (infantil, fundamental e médio), a fim de garantir capacidades, habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão. No referido documento, afirma-se que professores/as deverão ser formados/as para desenvolver práticas educativas junto às crianças levando em consideração as “[...] abordagens condizentes com as suas identidades e o exercício da cidadania plena, ou seja, as especificidades do processo de pensamento, da realidade sócio-econômica, da diversidade cultural, étnica, de religião e **de gênero**, nas situações de aprendizagem” (BRASIL, 1999, Art. 2º inciso III, grifo

nosso). O tema também aparece, na mencionada resolução, como um aspecto a ser considerado no desenvolvimento de práticas educativas que integrem os “múltiplos aspectos constitutivos da identidade dos alunos” e “considerem a realidade cultural, sócio-econômica, **de gênero**” (BRASIL, 1999, Art. 6º incisos I e II, grifo nosso). Nesse contexto, no referido documento, questões de gênero aparecem destacadas nas propostas pedagógicas de formação dos/as professores/as.

Na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), conforme os trechos apresentados, admite-se a multiplicidade de identidades das crianças, considerando suas singularidades e especificidades de aprendizagem, numa tentativa de garantir o direito de cada uma delas de exercer sua cidadania. É importante reconhecer os ganhos que essas considerações carregam, no entanto, a reflexão acerca do assunto ainda apresenta-se extremamente restrita e limitada e a discussão sobre a construção de uma identidade de gênero que ultrapasse a condição binária masculino-feminina ainda não se encontra evidenciada. De acordo com Louro (1997), é preciso ampliar as discussões e problematizações acerca das relações de gênero para superar a concepção binarista e começar a compreender o gênero em sua real complexidade, abarcando suas diversas combinações.

No entanto, a literatura aponta uma precarização da discussão da temática também nos cursos de formação docente e a pouca relevância que o assunto recebe nos contextos escolares talvez explique a “dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional” (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 79). Nesse sentido, de acordo com Pavan (2013), o ambiente escolar pode oferecer diversas possibilidades de compreensão da vida e de viver, contemplando nas práticas pedagógicas elementos que problematizem e questionem abordagens sexistas e normativas e, para que isso ocorra, a reflexão e discussão sobre as relações de gênero devem ser ampliadas e aprofundadas na formação dos/as docentes, na constituição dos currículos, na elaboração dos materiais didáticos, na escolha dos procedimentos de ensino e avaliação, bem como nas leis, normas e diretrizes educacionais.

Já na Resolução CNE/CEB n.º 5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), a qual visa estabelecer normas a serem consideradas no processo de organização de propostas pedagógicas para a Educação Infantil, a criança é vista como um sujeito histórico, que se constitui e constrói sua identidade a partir da relação com o meio e em

relação com as outras pessoas. A visão de sujeito presente nessa resolução expressa um posicionamento importante ao considerar a criança em seu âmbito social e coletivo, afastando-se das concepções inatistas e destacando que a construção de suas identidades encontra-se permeada pelas diferentes interações sociais. Nesse documento, as questões de gênero aparecem como função política, social e pedagógica a ser cumprida pela instituição de ensino, como pode ser observado no Art. 7º inciso V, o qual sugere que a instituição deve construir “[...] novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, **de gênero**” (BRASIL, 2009, grifo nosso).

A Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) apresenta-se extremamente importante na luta por uma educação plural e diversa, uma vez que faz menção explícita às questões de gênero e defende uma proposta pedagógica que rompa com as relações de dominação de diversas ordens, inclusive as de gênero. Segundo Pavan (2013), o currículo escolar, construído por meio de propostas pedagógicas, assume um lugar significativo na construção de identidades e na produção de diferenças. No entanto, de acordo com a autora, por muito tempo não houve a preocupação de questionar o modelo de currículo que estava sendo implementado nas escolas e, assim, “historicamente, o currículo escolar legitima as identidades hegemônicas (ocidentais, brancas, masculinas, heterossexuais...) e contribui para posicionar as não hegemônicas como inferiores, deficitárias, patológicas, desviantes” (PAVAN, 2013, p. 103-104).

As pequenas menções às questões de gênero que aparecerem nas duas resoluções mencionadas acima representam um importante progresso em direção a uma educação inclusiva e democrática, entretanto, elas não são exploradas pelos documentos, o que restringe as possibilidades de discussão dentro do contexto escolar. As escolas e os/as professores/as, por vezes, não estão preparados/as para lidar com as questões de gênero e a construção de identidades de seus alunos/as (SANTOS, 2020; SILVA; HERNECK; SILVA, 2019), e a precariedade da discussão nos documentos legais pode contribuir para uma abordagem superficial sobre o tema, quando o mesmo emerge no contexto escolar. Segundo Vianna e Unbehau (2004), o que acontece, na maioria das vezes, é o não questionamento das normas que regulamentam o processo de escolarização e da maneira como foram produzidas, o que acarreta na aceitação de justificativas tidas como “naturais” para explicar as diferenças, desconsiderando o caráter histórico, cultural,

social e político em que são produzidas. Portanto, incluir uma reflexão crítica e aprofundada, ultrapassando a abordagem transversal, na formação de docentes, nas propostas pedagógicas e nos documentos normativos da educação acerca da construção de identidades de gênero, parece ser uma proposta promissora para romper com as concepções naturalistas acerca das diferenças de gênero e construir uma educação diversa e não discriminatória.

Em alguns documentos, foi possível, ainda, identificar discursos generalizantes acerca da temática, o que significa que os documentos apresentam, em dados momentos, propostas voltadas para as minorias de forma geral, não oferecendo espaço para que as relações de gênero se legitimem enquanto categoria. Essa constatação pode ser exemplificada com o artigo 2 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, transcrito abaixo:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...] III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

[...] X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

O documento convida as escolas a assumirem uma postura que considere a diversidade e combata qualquer forma de discriminação, o que, genericamente, poderia levar à compreensão de que as questões de gênero se encontram subentendidas nestas propostas. No entanto, é importante considerar que as discussões referentes especificamente ao gênero foram omitidas e retiradas do material no momento da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Plano Nacional de Educação, em 2014, como aponta Barbieri (2016). De acordo com Ribeiro, Pátaro e Mezzomo (2016), a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), foi consequência de manifestações contrárias de parte da população, religiosos e políticos conservadores, que pressionaram o congresso para que assuntos relacionados à igualdade e identidade de gênero e sexual não fossem trabalhados dentro do contexto escolar.

Tais manifestações se alinharam a ideia de que a abordagem destes temas constituiria “a chamada ‘Ideologia de gênero’, a partir da qual os conceitos de mulher e de homem estariam distorcidos, colocando em xeque o modelo tradicional de família e contrariando os princípios religiosos/cristãos” (RIBEIRO; PÁTARO; MEZZOMO, 2016, p. 62), contribuindo para mitigar a discussão da temática na referida normativa legal e fortalecendo o movimento, ainda presente no cenário político atual, pela não

abordagem das questões de gênero nas normativas e práticas escolares. No que se refere ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), é possível afirmar que apenas a indicação da necessidade de “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, Art. 2º, diretriz III) é uma maneira de generalizar, deixar encoberto e, até mesmo, deslegitimar as lutas específicas de grupos historicamente discriminados e excluídos, como as lutas de gênero.

Essas questões, como aponta Xavier Filha (2015), afetam de forma significativa as discussões referentes à construção de identidades de gênero e dificultam que as instituições educativas promovam práticas pedagógicas mais plurais e democráticas. De acordo com Louro (1997), os conteúdos que serão trabalhados nas escolas são definidos por grupos hegemônicos e, quando reproduzidos sem questionamentos e problematizações, podem contribuir para legitimar determinadas identidades e discriminar outras, consideradas equivocadamente como desviantes. Nesse sentido, o discurso velado, marcado pelos generalismos, sobre as relações de gênero nos documentos oficiais da educação podem contribuir para esse processo, uma vez que ele ocorre “pelo silêncio, silenciamento e invisibilidade das identidades fora da heteronormatividade” (PAVAN, 2013, p. 109).

Vianna e Finco (2009) destacam que a diversidade de gênero não é bem aceita e a escola acaba reproduzindo um sistema que tenta normatizar as identidades das crianças, de modo que se torna possível identificar, como enfatiza Xavier Filha (2015, p. 19), uma constante “vigilância de gênero” nas escolas por parte dos adultos cuidadores/as. Partindo de tais premissas, é importante destacar que as crianças dialogam com as pedagogias de gênero desde o nascimento, sendo capazes de promover movimentos de aceitação e confronto, num processo ativo de construção de suas subjetividades (XAVIER FILHA, 2015). Dessa forma, as instituições educativas deveriam se caracterizar como espaços abertos ao debate, promovendo questionamentos de verdades convencionadas pela sociedade e oferecendo diversas possibilidades de construção do ser no mundo, permitindo que novas subjetividades sejam colocadas em ação. Como bem aponta Xavier Filha (2015, p. 20), a educação em igualdade de gênero deve “instigar a reflexão e a problematização, buscando aprender junto com as crianças e as famílias, e permitir que nos lancemos nos mares da dúvida, das novas possibilidades de se constituir como masculino ou feminino”.

Nesse sentido, a ausência de questões referentes a gênero nos documentos nacionais dificulta uma discussão necessária sobre a temática, tendo em vista o objetivo

de creches e pré-escolas na promoção do desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, torna-se fundamental que os documentos oficiais da educação e, conseqüentemente, as escolas, não negligenciem as questões de gênero, reconhecendo que o ambiente escolar não apenas pode refletir passivamente as relações desiguais postas na sociedade, mas entendendo que ele próprio também pode contribuir para a hegemonia do padrão normativo e, como consequência, para a violência de gênero (JUNIOR, 2018). Reconhecer o papel da escola na construção de identidades é entender que a instituição educacional tem responsabilidade com o processo de escolarização e um compromisso com a constituição dos sujeitos.

O (não) lugar do gênero nas publicações e programas educacionais: da abordagem pontual ao silenciamento

Através da presente pesquisa, não foram encontrados programas federais que tivessem como objetivo abordar as questões de gênero na Educação Infantil e apenas uma publicação contemplou esta temática, a “Revista Criança” (BRASIL, 2005). Esse dado apresenta-se potencialmente relevante para a compreensão de como o Estado tem se posicionado frente às questões de gênero.

A construção de políticas públicas educacionais no âmbito federal, de acordo com Lima (2017), é importante para o incremento de uma educação de qualidade, na qual são respeitados todos os personagens envolvidos e através da qual almeja-se avanços nas práticas escolares em todo território nacional. Segundo Rocha (2015), no entanto, as políticas educacionais em todos os níveis de ensino não têm contemplado de forma satisfatória as questões relativas ao gênero. De acordo com a autora, nas poucas vezes em que a discussão emerge, sua abordagem apresenta-se inclinada a um discurso biologizante e que não leva em consideração as dificuldades concretas dos/as professores/as no cotidiano escolar. Silva, Herneck e Silva (2019), corroboram com essa ideia ao afirmar que, no geral, as propostas educacionais e os aspectos legais da Educação no Brasil apenas tangenciam o debate e não garantem discussões efetivas acerca das identidades de gênero, reproduzindo apenas as abordagens com viés biológico e reprodutivo. Nesse sentido, a escassez de políticas públicas educacionais sobre a perspectiva de gênero associada à reprodução de discursos hegemônicos, dificulta que uma discussão mais aprofundada teoricamente e distanciada do senso

comum permeie o ambiente escolar, construa diálogos emancipatórios e questione as relações de poder, que se apresentam, de forma geral, como desiguais e excludentes.

Nesse cenário marcado pela escassez e precariedade de políticas públicas educacionais sobre a perspectiva de gênero, torna-se fundamental apresentar e discutir a forma como a temática aparece na “Revista Criança”, de número 40 (BRASIL, 2005). Nesta publicação, a discussão é contemplada por uma reportagem intitulada “Meninas de azul, meninos de rosa”, da autora Rita Biagio (2005), por meio da qual as questões de gênero aparecem evidenciando um grande avanço na discussão acerca da temática. Apontando aspectos extremamente relevantes e necessários, a autora discorre e discute os diferentes significados e implicações que o gênero assume dentro do contexto escolar.

A reflexão tem início, na reportagem, com a menção aos pensamentos e atitudes cotidianas do senso comum que tendem a atribuir determinadas características aos meninos e às meninas: “Meninos vestem azul, são bagunceiros, objetivos e racionais, gostam das aulas de matemática e se dão melhor nos esportes. Meninas preferem o rosa, são organizadas, mais sensíveis, têm mais disciplina e se destacam em língua portuguesa” (BIAGIO, 2005, p. 33). Essas atribuições diferenciadas para meninas e meninos, de acordo com Rita Biagio (2005), expressam os estereótipos sobre masculinidade e feminilidade. Em consonância com esta autora, Louro (1997) afirma que os estereótipos de gênero representam padrões definidos pela sociedade que ensinam o que é ser menino e o que é ser menina de acordo com aquela cultura e cumprem uma função de disciplina dos corpos e das mentes.

A educação de crianças baseada em estereótipos de gênero é discutida, na reportagem analisada da Revista Criança, em diálogo com Jane Felipe (em entrevista à BIAGIO, 2005), que promove uma reflexão acerca das atitudes e competências incentivadas nos meninos e nas meninas e reforçadas pela divisão de brinquedos entre eles:

Se educarmos as crianças a partir dos preconceitos de gênero, estaremos limitando as experiências de ambos. Por exemplo, dizer que meninos e homens não devem chorar os impede de desenvolver a sensibilidade e a expressão de seus sentimentos. Da mesma forma, ensinar às meninas que elas não têm competência para atividades voltadas para as áreas de raciocínio lógico-espacial é limitá-las em suas várias possibilidades de aprendizado. Infelizmente, os brinquedos oferecidos às crianças ainda se pautam por essa divisão radical: às meninas, ensina-se o mundo doméstico, a maternidade e o embelezamento. Aos meninos, o mundo das competições, da agressividade, do raciocínio lógico. (p. 34).

Em consonância com essa ideia, situam-se os trabalhos desenvolvidos por Gomes (2006), Silva e Luz (2010) e Maia, Navarro e Maia (2011), nos quais defendem que as brincadeiras infantis, muitas vezes, podem ser observadas como uma forma de socialização sexista, por exemplo, quando os brinquedos oferecidos e as brincadeiras propostas para as meninas tendem a simular a vida doméstica e incentivar a vaidade e o cuidado corporal, diferentemente para os meninos, aos quais são oferecidos jogos que priorizem o desenvolvimento motor e o raciocínio. De acordo com Maia, Navarro e Maia (2011), o vigiar constante dos/as professores/as e a preocupação com as distinções sexuais e de gênero expressas nas brincadeiras das crianças têm a finalidade de reforçar um comportamento heteronormativo. Nesse sentido, Louro (1997, p. 80) afirma que a constante vigilância e a “censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da ‘normalidade’ (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero)”.

A publicação analisada aponta ainda as consequências de uma educação sexista, em que as possibilidades encontram-se restritas e as expressões corporais são constantemente vigiadas pelos/as professores/as. O resultado é que quando os sujeitos não correspondem às expectativas da sociedade, recusando-se a incorporar o papel que fora pré-definido para eles, emergem as situações de preconceito e discriminação, gerando sofrimento. Essa ideia pode ser observada no seguinte trecho da reportagem da Revista Criança (BIAGIO, 2005, p. 33): “No campo mais individual, o resultado é o sofrimento psíquico, de não se sentir de acordo com os padrões estabelecidos, de se sentir fora, excluído, depreciado, diferente”. Nesse contexto, de acordo com a literatura científica, as possibilidades no campo social e individual são restritas e o sujeito que não tem uma identificação de gênero correspondente ao sexo biológico, tem sua forma de ser e se identificar patologizada (LOURO, 1997; PAVAN, 2013; SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000).

O despreparo dos adultos para lidar com todas essas questões também é uma preocupação expressa pela autora Rita Biagio (2005) na publicação analisada, a qual identifica a dificuldade da equipe pedagógica e dos/as professores/as. A solução proposta na reportagem da “Revista Criança” se encontra no campo do diálogo e da educação, dando ênfase à importância da discussão do tema nos documentos oficiais que norteiam e regulamentam o processo de escolarização e na formação de docentes.

De acordo com Jane Felipe (em entrevista à BIAGIO, 2005, p. 37), “para existir uma atuação qualificada com as crianças é preciso uma formação consistente do(a) profissional, que ultrapasse o campo da moral e da improvisação, o que implica profundidade teórica”. Essa ideia está de acordo com diversos estudiosos/as da área, como Oltramari e Gesser (2019), que defendem as ações educacionais na formação de docentes - para além da elaboração de leis - para promover reflexão e transformação de práticas, visando a superação de preconceitos, o rompimento de dicotomias binárias e a construção de espaços educacionais mais democráticos.

O material analisado defende o caráter social do gênero, rejeitando os determinismos biológicos para explicar as diferenças entre os sexos, como pode ser observado no seguinte trecho: “O conceito de gênero surgiu justamente para se contrapor a essa idéia de uma ‘essência’ ou de uma ‘natureza’ para explicar os comportamentos masculinos e femininos” (BIAGIO, 2005, p. 34). Essa reflexão corrobora com a concepção social do gênero que embasa a presente pesquisa e que tem seus pressupostos apoiados em diversas estudiosas da área, como Beauvoir (1949/1967), Scott (1989/1995), Louro (1997) e Souza (1999). De acordo com essas autoras, as distinções sexuais serviram por muito tempo para justificar as desigualdades entre homens e mulheres, à medida que inferiorizavam o feminino e exaltavam o masculino, dentro de uma lógica de relações de poder. Partindo de tais premissas, o gênero e seus significados são compreendidos enquanto configurações sociais, que imprimem nos corpos de meninas e meninos expectativas diferenciadas da sociedade e da cultura na qual se inserem (VIANNA; FINCO, 2009).

A publicação em questão reconhece o caráter cultural e histórico das produções sociais quando se refere aos estereótipos de gênero e ao sexismo como sendo “heranças culturais transmitidas pela sociedade” (BIAGIO, 2005, p. 33). Ademais, reconhece a importância das relações sociais para a construção das identidades de gênero, quando afirma: “a construção das masculinidades e feminilidades se dá de forma relacional” (BIAGIO, 2005, p. 34). De acordo com a literatura, o gênero tem sido considerado como algo a ser construído na relação entre as pessoas, sendo influenciado, entre diversos fatores, pelo contexto cultural, social e religioso e, assim, “mulheres e homens, meninas e meninos são formados em relação – uns com os outros e também no entrecruzamento de outras categorias” (SOUZA, 1999, p. 4).

Essas concepções apresentam-se em concordância com a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural e corroboram com os referenciais do presente trabalho.

Partindo desses pressupostos, o gênero passa a ser entendido como parte de um processo, de uma construção e, portanto, as desigualdades não devem ser explicadas a partir das diferenças sexuais, mas precisam ser entendidas como fruto de uma história, de uma determinada forma de se relacionar e de uma contextualização social. Nesse contexto, a instituição de Educação Infantil, como apontam Vianna e Finco (2009, p. 271), se expressa enquanto um espaço em que a “cultura inscreve seus signos”, ao proporcionar novas interações em um grupo social mais amplo e apresentar possibilidades e limites psicológicos e sociais, construindo imagens corporais, valores e expectativas apreciadas pela cultura em questão. Sendo assim, as autoras enfatizam que a discussão de questões de gênero torna-se imprescindível para garantir uma Educação Infantil de qualidade.

A forma como a publicação aborda a temática de gênero apresenta ganhos inegáveis no sentido de possibilitar progressos teóricos na discussão da questão em contextos sociais e educacionais. No entanto, ela apresenta caráter de excepcionalidade no âmbito legal, considerando que as demais publicações federais não se propõem a realizar tal debate. Nesse sentido, como aponta Rocha (2015), são escassas as sinalizações de que as práticas reflexivas referentes às questões de gênero tenham tido avanços no âmbito educacional. Ademais, nota-se que as tentativas de realização de tais práticas têm encontrado ainda mais resistência na conjuntura política atual (BAHIANA; BRITO; FONSECA, 2020), o que tem fomentado a emergência de discursos controversos sobre as lutas de gênero e colaborado para o tangenciamento e mitigação destes debates em espaços escolares e sociais.

Considerações finais

Neste trabalho, foi discutido o lugar que o gênero ocupa nas políticas públicas brasileiras da Educação Infantil através de uma pesquisa documental e valendo-se de referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e de estudos que abordam as relações de gênero. A presente pesquisa possibilitou observar que as questões de gênero configuram-se como um tema pouco abordado e explorado pelos documentos legais, o que revela a quase invisibilidade do assunto e o não lugar ocupado pelo gênero nas políticas educacionais da Educação Infantil.

Os resultados da pesquisa trazem um alerta para o campo educacional e áreas afins se forem considerados, conjuntamente, os dados oriundos da literatura científica

brasileira, explicitada ao longo do presente trabalho, que vem indicando que ações pedagógicas adotadas pelas escolas, por vezes, ainda reproduzem papéis estereotipados de homens e mulheres e contribuem para a reafirmação de identidades de gênero normativas, hegemônicas em nossa sociedade.

Enquanto pesquisadoras e profissionais da Psicologia, entendemos que a problematização das normas sociais e a desconstrução dos estereótipos de gênero sejam aspectos inerentes ao cumprimento do nosso papel ético e político. Compreendemos que o olhar voltado para a singularidade, que caracteriza a subjetividade de cada sujeito, deve considerar os aspectos sociais constituintes e, dessa maneira, destacamos a necessidade de nos distanciarmos da perspectiva puramente biológica para a explicação das diferenças sociais entre os sexos, por meio da ampliação de debates nos contextos sociais e escolares.

É importante ressaltar que as pequenas menções às questões de gênero identificadas nos documentos legais configuram-se grandes avanços na luta por direitos das minorias sexuais e de gênero. Em contrapartida, a escassez de documentos legais na área e o despreparo ainda existente de professores/as e de instituições educacionais frente às questões de gênero nos mostram o quanto a temática ainda deve ser colocada em pauta, ampliada nas políticas públicas brasileiras e incluídas na formação de docentes e no cotidiano escolar.

Tais prerrogativas e ações fazem-se ainda mais necessárias no atual cenário brasileiro, em que direcionamentos da política nacional vêm sinalizando e reforçando movimentos, por vezes de cunho moralista, em prol do silenciamento das discussões sobre gênero nas e pelas legislações do país, o que pode repercutir nas práticas escolares e sociais realizadas junto à infância. Tais movimentos, que se entrelaçam com diretrizes governamentais, defendem a ideia da promoção de uma educação baseada em estereótipos de gênero, na qual as construções identitárias assumem caráter estritamente biológico, ignorando os aspectos históricos e sociais que atravessam e constituem a subjetividade humana.

O presente trabalho contempla apenas um recorte de uma discussão muito mais vasta, contudo, acreditamos que ele possa contribuir para fomentar esse debate e impulsionar a realização de outras pesquisas na área. Durante a realização desta pesquisa, novas inquietações emergiram e tais questionamentos podem permear investigações futuras, como, por exemplo: Como as questões de gênero permeiam os discursos legais nas demais etapas de educação? Os currículos do ensino fundamental,

médio e superior abordam as questões de gênero de forma transversal e secundária ou se propõem a discutir criticamente o assunto? De que maneira os/as profissionais da Psicologia e da Educação poderiam contribuir para a construção de políticas públicas mais plurais e democráticas?

Assim, acreditamos que as investigações e produções científicas desta natureza possam incentivar a inclusão do tema nas políticas públicas educacionais, dando visibilidade ao processo de construção de identidades de gênero das crianças e contribuindo para a promoção de práticas educacionais que reconheçam as singularidades de cada sujeito e promovam um desenvolvimento humano integral.

Referências

ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. A educação em disputa no Brasil **contemporâneo**: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. **Educação**, v. 45, p. 1-28, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607/html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BAHIANA, Mariane de Almeida; BRITO, Leandro Teofilo; FONSECA, Michele Pereira de Souza da. Enunciações sobre gênero na Educação Infantil em tempos de conservadorismo. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 48-69, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/divedu/article/view/11442>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BARBIERI, Danilo Silva. **Um ensaio sobre sexualidade e educação**: contribuições da Psicologia para o cenário brasileiro. 2016. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 500 p. (Obra original publicada em 1949).

BIAGIO, Rita. **Meninas de azul, meninos de rosa**. *Revista Criança*. Brasília: Ministério da Educação, n. 40, set. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos

iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 abr. 1999. Seção 1, p. 97.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**. Ministério da Educação – Coordenação Geral de Educação Infantil – DPE/SEB, Brasília, DF, v. 40, set. 2005.

GIANEZINI, Kelly; BARRETO, Leticia Manique; GIANEZINI, Miguelangelo; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BARBOSA, Gabriel Dario; VIEIRA, Reinaldo de Souza. Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262>. Acesso em: 12 jul. 2020.

GOMES, Vera Lucia de Oliveira. **A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas**. *Texto & contexto – enfermagem*, v. 15, n. 1, p. 35-42, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2019.

GRAUPE, Mareli Eliane; GROSSI, Mirian Pilar. As ações do núcleo de identidade de gênero e subjetividades (NIGS) e a agenda política de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. **Emblemas**, v. 10, n. 2, p. 221-233, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://miriangrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar27.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

JUNIOR, Paulo Roberto Souza. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/3924>. Acesso em: 02 ago. 2019.

JUNIOR, Emilson Ferreira Garcia; MEDEIROS, Shara; AUGUSTA, Camila. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, v. 13, n. 7, p. 138-150, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/35383>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LIMA, Luciana Pereira de. **A relação escola-família e as políticas públicas educacionais no Brasil e em Cuba**. 2017. Relatório de Pós-doutorado. Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997, 179 p.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psicologia da**

Educação, São Paulo, n. 32, p. 25-46, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100003. Acesso em: 30 jun. 2019.

MONTEIRO, Igor; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima; PRADO, Marco Aurelio Maximo. **Formação Continuada de Educadores: O Projeto Educação Sem Homofobia. Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 63-70, jul./nov. 2013.

OLTRAMARI, Leandro Castro; GESSER, Marivete. **Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-14, out. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300219. Acesso em: 21 jul. 2020.

PAVAN, Ruth. Currículo, a construção das identidades de gênero e a formação de professores. **Revista Contrapontos**, v. 13, n. 2, p. 102-111, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/3824>. Acesso em: 02 ago. 2019.

RIBEIRO, Amanda; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. Religião e “Ideologia de Gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE). **Relegens Thréskeia – estudos e pesquisa em religião**, v. 5, n. 2, p. 56-70, 2016.

ROCHA, Natalia Hosana Nunes. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica**. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2015.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; SOARES-SILVA, Ana Paula; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Desafios metodológicos na perspectiva da rede de significações. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 147-170, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100007. Acesso em: 03 set. 2019.

SANTOS, Sandro Vinicius dos Santos. Interfaces de gênero, infância e Educação Infantil na Pós-graduação em Educação brasileira (1996 a 2015). **Perspectiva**, v. 38, n. 1, p. 01-22, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e61812>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. 2. ed. (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trad.). Recife: S.O.S. Corpo, 1995, 35 p. (Obra original publicada em 1989).

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 17-39, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332010000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 jul. 2019.

SILVA, Patrick dos Santos; HERNECK, Heloisa Raimunda; SILVA, Apolônia de J. Ferreira. Gênero e sexualidade nas redes vivenciadas no cotidiano das escolas. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. 1, p. 260-276, jan./jul. 2019.

SOUZA, Jane Felipe. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais**: implicações para a educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 22., 1999, Caxambu, MG. Anais de Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd, 1999.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-79722000000300016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 jul. 2019.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, dec. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332009000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 28 jul. 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742004000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jul. 2019.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000. (A. Marenitch & L. C. de Freitas, Trad.). (Obra original publicada em 1986).

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Revista Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 14-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6375>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Recebido em setembro de 2020.

Aprovado em novembro de 2020.